

O USO DA MÚSICA E DA LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

LUANDSON LUIS DA SILVA

Doutorando do Curso de Doctorado en Ciencias de la Educación da Universidad de la Integración de las Américas (UNIDA-PY), professorluandsonluis@gmail.com.

DAMIÃO CAVALCANTE DO NASCIMENTO

Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB - PB, dammião.cavalcante@gmail.com;

RESUMO

Este artigo discute a importância da música para o desenvolvimento das crianças na Educação Infantil. Fizemos um recorte histórico sobre a educação infantil no Brasil no intuito de perceber as mudanças que vem acontecendo. Esta pesquisa teve como objetivo analisar as formas de aprendizagens na educação infantil por meio da música, envolvendo o pensamento e a diversão, como parte do processo de ensino-aprendizagem, proporcionando momentos de descontração (relaxamento) e reflexão de modo a desenvolver a sensibilidade musical conjecturando a igualdade de oportunidades educacionais entre crianças dando possibilidades de aprendizado. O seguinte trabalho respalda-se de acordo com a seguinte questão norteadora: O uso da música por meio da ludicidade proporciona aprendizagem? Nesse sentido, utilizamos as pesquisas de alguns autores como: Andrade (2019); Bacelar (2009); Freire (1996); Ferreira (2013); Freinet (2004); Gatti (2012); Gil (2002); Margon (2013); Oliveira (2020); Santana (2020); Carrijo (2008); Diolinda (2014); Oliveira (2011); Nascimento (2015). Além disso, nos munimos de alguns documentos oficiais como Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996), entre outros. Sendo assim, estimular a imaginação e a criatividade, criando condições para que as crianças usufruam de direitos a brincadeiras a partir da música faz todo sentido. Este trabalho se justifica pela necessidade de buscarmos uma educação de qualidade. Como metodologia neste artigo contamos com a pesquisa bibliográfica, assim, utilizamos livros, artigos, documentos abordando a temática. Constatou-se que a partir da música as crianças são possibilitadas a se envolverem nas atividades que são propostas em sala de aula, tornando o espaço acolhedor e aconchegante.

Palavras-chave: Educação Infantil, Música, Desenvolvimento, Ludicidade.

INTRODUÇÃO

Em nossa sociedade a música alcança muitos espaços sociais, na escola não é diferente, esta se torna muito importante no desenvolvimento do ser humano, desse modo, percebemos que seus aspectos lúdicos proporcionam influência na prática do dia a dia, na aquisição da leitura e também da escrita, por isso utilizar a música na educação infantil facilita o processo de ensino aprendizagem de forma significativa e prazerosa.

Neste trabalho trataremos de atividades lúdicas que podem ser trabalhadas com crianças da Educação Infantil, para isso utilizar-se-á a música, partindo da perspectiva de alfabetização integral, e tecendo algumas considerações sobre as implicações deste tipo de proposta para a educação.

Entende-se que o processo de ensino aprendizagem ocorre de diversas formas, por isso a ludicidade torna-se essencial nesse processo. A inserção da música como meio de tornar as aulas mais ricas e divertidas com toda certeza é um caminho, fazendo com que as crianças usem a audição para aquisição de saberes.

A alfabetização precisa ser um processo prazeroso e significativo para a criança. A música quando utilizada na sala de aula possibilita a exploração de conceitos e ideias, sugere também a busca de idealização e fantasia que podem ir ao encontro do mundo real através da magia da letra musical, o que favorece maior envolvimento por parte dos alunos.

Na música, em especial, podemos ver que ela contém informações e conhecimentos muito ricos, pode cativar o aluno e fazer com que ele viaje em sua imaginação passando por cada parte da canção, a música tem o poder de levar a criança a criar um mundo repleto de ideias novas enriquecendo seus conhecimentos de mundo. Isso faz com que seja possível tornar a alfabetização e a aprendizagem muito mais prazerosa e eficiente.

Nesse sentido, o uso da música na Educação Infantil abre possibilidades interessantes para as crianças principalmente no que se refere a construção de conhecimentos, o cantar, o brincar, se divertir também faz parte da educação. A escola é um local privilegiado trazendo nesse aspecto potencialidades. Nesta perspectiva, desenvolver a ludicidade na sala de aula proporciona aos alunos alargar suas potencialidades intelectuais, além disso a afetividade é aflorada como parte necessária ao desenvolvimento das próprias crianças, pois entre outros fatores lúdicos, é por meio da música que fantasias são criadas internamente e experienciadas no cotidiano escolar.

No processo de alfabetização das crianças é interessante que o professor utilize recursos que sejam significativos na aprendizagem, para que o ensino da disciplina ou da atividade trabalhada atenda às necessidades específicas de toda a turma de forma geral, para que assim a capacidade intelectual das crianças não seja subestimada. Uma proposta em diversos gêneros textuais garante que a criança tenha contato com o mundo letrado desde cedo. E quando se trata da música na sala de aula, é possível observar benefícios facilitadores à alfabetização.

O ato de brincar é de fundamental importância, proporcionando o despertar da criatividade, do raciocínio, da convivência com outras crianças em determinado grupo. Sendo assim, para que isso aconteça de forma saudável a criança precisa ter certa liberdade para realizar suas brincadeiras e ouvir uma música também faz parte desse processo. A partir da ludicidade a criatividade das crianças se constitui, as regras são construídas, a espontaneidade não fica restringida, pois, como bem sabemos motivar a criança em seus interesses se torna determinante para ocorra o aprendizado e isso ao nosso entendimento é o ponto chave.

O objetivo deste trabalho, é mostrar possibilidades de se alfabetizar utilizando letras de músicas em uma concepção construtivista, a partir de informações e conteúdo apresentando a importância de tornar a alfabetização um processo prazeroso e significativo.

A música como aspecto lúdico tem um poder de influência muito grande no processo de alfabetização, estabelecendo a integração dos sujeitos de forma motivadora, pois utilizar a música como atividade criativa em sala de aula estimulará o desenvolvimento cognitivo dos sujeitos, além disso pode ser utilizada como um excelente recurso de relaxamento como também no estímulo a leitura de textos. Nesta perspectiva, a importância da música no desenvolvimento infantil acarreta práticas de aprendizagens da leitura, da escrita e do pensamento. O uso de música auxilia o processo de alfabetização em salas de aula contribuindo com o processo da educação, por isso a música precisa fazer parte do cotidiano e da vida escolar dos discentes.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar as formas de aprendizagens na educação infantil por meio da música, como parte do processo de ensino-aprendizagem. O seguinte trabalho respalda-se de acordo com a seguinte questão norteadora: O uso da música por meio da ludicidade proporciona aprendizagem?

Para entendermos essa questão, utilizamos as pesquisas de alguns autores tais como: Andrade (2019); Bacelar (2009); Freire (1996); Ferreira

(2013); Freinet (2004); Gatti (2012); Gil (2002); Margon (2013); Oliveira (2020); Santana (2020); Carrijo (2008); Diolinda (2014); Oliveira (2011); Nascimento (2015). Além disso, nos munimos de alguns documentos oficiais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), entre outros. Este trabalho se justifica pela necessidade de buscarmos uma educação de qualidade.

Contamos ainda como metodologia neste artigo a pesquisa qualitativa de cunho bibliográfica, para isso, utilizamos livros, artigos, documentos que abordam a temática. Constatou-se que a partir da música as crianças são possibilitadas a se envolverem nas atividades que são propostas em sala de aula, tornando o espaço acolhedor e aconchegante.

Este trabalho está estruturado da seguinte forma, inicialmente trazemos as ideias principais contidas na introdução, em seguida apresentamos a metodologia acerca da temática abordada, logo após partimos a fundamentação teórica, seguida dos resultados e discussão e por fim os referenciais.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada nesta pesquisa foi qualitativa de cunho bibliográfico, buscando responder à questão norteadora acerca do uso da música como ludicidade na educação e o que tem sido feito para proporcionar aos estudantes acessarem o ensino formal e de qualidade, nesse sentido munimo-nos de algumas pesquisas existentes no Google Acadêmico, Revista SciELO, em periódicos, monografias, artigos, entre outros.

Entendemos que a pesquisa de caráter bibliográfico nos possibilita entendermos as nuances que vem ocorrendo no cenário educacional brasileiro. Para Gatti (2012), a pesquisa se alargou muito nos últimos anos, por isso muitas informações se encontram disponíveis em referenciais específicos o que nos permite compreender o nosso objeto de estudo (o uso da música na educação) mais profundamente.

Segundo Gil (2002), “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. [...] Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas”. (GIL, 2002, p. 44).

Desse modo, fizemos primeiramente um levantamento bibliográfico acerca do uso da música como ludicidade para dar condições aos estudantes de uma educação integral e de qualidade.

A Educação Infantil em nossa história

É fato que nossa educação brasileira precisa construir novos caminhos para atender a sociedade e aos cidadãos, uma vez que a educação tem sido foco de lutas constantes no que se refere ao nosso passado e algumas mudanças podem ser percebidas, pois vivemos em um cenário onde a educação atual precisa dar meios para que os sujeitos se tornem capazes de sobreviver em um meio desigual, por isso se faz necessário resistência continua principalmente no campo das políticas públicas visto que ainda vivenciamos uma hegemonia conservadora que de certa forma pretendem trazer a educação apenas para quem tem condições sociais.

De acordo com Oliveira (2011), a “educação infantil” no Brasil até meados do século XX praticamente não dava o direito as crianças o acesso e permanência nas escolas, visto que a educação estava voltada para as classes mais abastadas.

Sendo assim, busca resgatar como se deu esse acesso ao atendimento à infância é importante. Com a proclamação da República, começa de forma muito modesta um olhar para a infância, pois nesse período a mortalidade infantil era muito grande. Observa-se que as influências de outros países adentram no Brasil, pois nesse momento vivenciava-se o ideário de modernização, surgem então os jardins de infância gerando debates políticos, haja vista não queriam mantê-los custeados pelo poder público.

Segundo Nascimento (2015), ao analisar a educação infantil no Brasil e os processos históricos da educação infantil brasileira busca entender como se construiu e solidificou o atendimento para com as crianças pequenas e ressalta que:

[...]as propostas educacionais efetivadas para atender à infância, particularmente a infância pobre, tiveram como principal foco o higienismo, calcado na instrução elementar, cívica e moral, observado no autoritarismo presente nas concepções auto proclamadas como científicas, como a eugenia racista e as políticas da assistência científica. (NASCIMENTO, 2015, p. 17453).

No entanto, começaram a surgir os primeiros jardins de infância públicos em vários lugares do Brasil, estes não eram para os mais pobres e isso também passou a ser questão de debates legislativos acerca da primeira etapa do ensino e para quem seria.

Não obstante, percebe-se que o olhar de proteção à infância, tinha como princípio uma visão preconceituosa perante a pobreza, os menos favorecidos ainda eram um empecilho. Além disso, os jardins de infância eram tidos como escolaridade precoce e essa visão não era boa, ou seja, muitas crianças não tinham acesso.

Adentrando aos períodos de nossa história, Oliveira (2011), afirma que com a proclamação da República algumas modificações sociais são perceptíveis, porém as melhorias para com a população menos favorecida ainda era muito pouca. Algumas modificações como a criação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância e do Departamento da Criança, fruto da preocupação com a saúde pública corroborou com uma visão científica voltada para a infância. Percebemos neste momento que começa a haver alguma modificação, a partir de então foram surgindo cada vez mais escolas infantis, creches e jardins de infância em todo o país. Entretanto, o ensino primário atendia apenas determinada parcela da população em idade escolar e isso faz com que muitas crianças não sejam atendidas pelo poder público.

Segundo Carrijo (2008). “As primeiras preocupações com a infância partiram de grupos particulares, especialmente, de médicos e higienistas, em razão dos elevados índices de mortalidade infantil. Esses enfatizavam a necessidade de cuidados com a higiene e com o aleitamento materno”. (CARRIJO, 2008, p. 87).

A industrialização do país foi outro fator, atingindo principalmente a economia agrária, os adultos estavam lidando com a lavoura, também nas fábricas e até as mulheres foram admitidas no trabalho, então surgia a necessidade dos cuidados com os filhos dos trabalhadores e isso a priori se deu por parte de parentes, já que os donos das indústrias não davam nenhuma solução, sendo necessário muitas vezes pagar para uma pessoa tomar conta dos filhos.

Além disso, Oliveira (2011), ressalta a alta mortalidade das crianças e as condições higiênicas precárias, onde as longas jornadas de trabalho com baixos salários, a insalubridade fazia com que as famílias sobrevivessem à míngua e admitia até mesmo crianças em certos trabalhos, dessa forma os operários lutavam por melhores condições de vida, de trabalho, pelo atendimento das crianças enquanto as mães trabalhavam, sendo combatidos pelos patrões em tentativas de controle. Para isso, foram criadas as vilas operárias, clubes como também creches e escolas no intuito de manter os trabalhadores em “rédeas curtas”, era vantajoso para o patrão visto que, isso

proporcionava o aumento da produção pelas mães que ali trabalhavam e os filhos destas seriam os futuros trabalhadores.

De acordo com Nascimento (2015): “A infância, a maternidade e o trabalho feminino em conjunto com a questão econômica do processo de constituição da sociedade capitalista, da urbanização e da organização do trabalho industrial, configurou o contexto histórico no qual as primeiras creches se constituíram no Brasil”. (NASCIMENTO, 2015, p. 17442).

A partir de muitas reivindicações e lutas operárias, o Estado sofrendo pressões para a criação de creches e escolas, só na década de 1920, é que alguns ganhos começaram a ser perceptíveis. Nesse contexto, surgem algumas regulamentações a respeito das crianças e jardins de infância, porém o Estado ainda se faz ausente em promover os direitos para as pessoas mais necessitadas. Todavia, na década de 1930, surge no Brasil o movimento da Escola Nova, com perspectivas de mudanças para uma educação gratuita e obrigatória.

Entretanto, percebe-se que os jardins de infância, estavam para os grupos sociais de prestígio, já as crianças pobres eram submetidas ao trabalho educacional sem os preceitos escolanovista. Dessa forma, os jardins de infância não estavam voltados ao atendimento das crianças das camadas populares. Tinha um atendimento mais abrangente para os filhos da elite, com uma questão pedagógica, uma amplitude mais voltada para a educação da elite. Nesse contexto, de 1930-1945, muitos interesses patronais foram reconhecidos, no entanto os trabalhadores tiveram alguns direitos estabelecidos como forma de manter a jornada de trabalho e não agravar ainda mais os embates entre patrões e empregados.

Desse modo, as creches eram tidas como instituições de saúde, de higiene como também estavam postas no combate à mortalidade infantil e na proteção à criança, o que não se atentava nesse aspecto era para o desenvolvimento afetivo e integral das crianças. Na década de 1940, a “Casa da Criança ” foi criada, nesse momento havia outras preocupações como o aumento da marginalidade e a criminalidade por parte da população mais carente. O atendimento em creches, jardins de infância, era apenas assistencialista.

Nesse momento, no Brasil a maioria da população é carente e as condições de vida ainda são muito precárias. Todavia, as mulheres adentraram ao mercado de trabalho e as creches passaram a ser procuradas por operárias, empregadas domésticas, entre outros, que precisavam trabalhar e buscar melhores condições de vida e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional de 1961 trazia no seu cerne a criação dos jardins de infância, muito importantes para a população.

No período da ditadura militar Oliveira (2011), aponta que as creches ainda traziam apenas uma perspectiva assistencialista, como também de iniciativas comunitárias, pois começaram a surgir instituições filantrópicas que foram emergindo na sociedade como algo que pudesse atender as crianças.

Nesse ínterim, com a introdução do tecnicismo no Brasil, foram incluídos alguns aspectos da educação formal e para as que estavam na creche deveria ter uma educação mais compensatória do que de direito, tudo isso para que ocorresse a diminuição do fracasso escolar no país. Nesse momento se tem a difusão de um trabalho escolar de forma sistematizada para atender essas crianças.

Houve nessa ocasião certas discussões de que as crianças com cerca de 6 (seis) anos de idade deveriam passar para o processo educacional formal, eram as medidas tomadas pelo Estado para não ocorrer tanto fracasso escolar, tudo isso com uma concepção compensatória, para eliminar com as carências que as crianças tinham nesse período, entretanto era uma educação que de certa forma não atendia todos de forma igualitária.

Deste modo, alguns discursos estão permeados na realidade do Brasil de uma boa educação para todos, mas o que acontecia na realidade era bem diferente, pois o cuidado e a escolarização de forma compensatória e assistencialista ainda continuava nos parques infantis e creches que eram voltados para as famílias pobres surgindo alguns debates acerca da educação no Brasil e para quem deveria ser.

No entendimento de Carrijo (2008), a Educação Infantil é algo recente e foi trazida para o campo de ação de forma mais efetiva a partir da Constituição Federal de 1988, dando reconhecimento e direito para a criança como o acesso à educação, porém ainda falta muita coisa, visto estarmos muito longe do ideal que almejamos.

A evolução de algumas políticas públicas vinculadas à primeira infância ocorre de modo escasso de modo que no decorrer do tempo esse atendimento se portava apenas de forma assistencialista e compensatória, pois o atendimento ocorria na forma de cuidados já que o Estado pouco se importava em assegurar e garantir os direitos das crianças. Nesse contexto, os grupos particulares saíram na frente tendo por interesses diminuir os índices de mortalidade infantil e melhorar com as formas de higiene que eram precárias, uma vez que se precisava de melhorias no cenário social.

Destaca-se que os jardins-de-infância existiam na Europa sendo trazida a ideia e algumas concepções de ensino para o Brasil, no entanto não tiveram apoio das esferas públicas de imediato, ou seja, as crianças pobres e suas famílias estavam sobretudo desprezadas até a República, pois nesse momento algumas cobranças começaram a ser feitas acerca da escola pública, vindo a ser criada a primeira creche no Rio de Janeiro, servindo aos filhos de operários no ano de 1908 cabendo ao Estado perceber a necessidade do atendimento para com as crianças pobres e abandonadas.

Desse período em diante os assuntos ligados ao atendimento de crianças começa-se a ser parte de questões governamentais, mas foi na década de 1930 com o advento da industrialização e a formação de uma classe média e uma classe operária, a necessidade de mão-de-obra para as indústrias era evidenciada.

Para isso, o Ministério da Educação e Saúde foi criado como forma assistencialista, não para as crianças até os seis anos. Os estudiosos da década de 1930 tinham em mente que a educação traria mudanças para o país, o ensino deveria ser democrático e público, existia por trás ideais políticos, religiosos, e econômicos para que as crianças de zero a seis anos fossem atendidas. Em 1947, tinha como propósito a criação dos jardins-de-infância ligados às fábricas, ainda de forma assistencialista, vindo a ter outro caráter. Desta forma, apenas a partir de 1960, faltava até mesmo recursos financeiros, pondo em xeque os entraves da educação, o Estado não assumia o seu papel para com os pequenos e não admitia a sua responsabilidade.

No entanto, a partir de 1961, as empresas começaram a organizar jardins-de-infância, contudo, sem ações efetivas, pois a demanda por creches e pré-escolas eram grandes. Todavia, a classe média começou a crescer, o que gerou a necessidade de mais escolas, visto que reivindicavam do poder público, buscaram também o acesso ao Ensino Superior. “Com a LDB de 1961, foi estabelecido o incentivo à organização de jardins-de-infância pelas empresas, contudo, a generalidade da Lei não permitiu que ações efetivas fossem realizadas, apesar do aumento da demanda por creches e pré-escolas”. (CARRIJO, 2008, p. 90).

No campo do trabalho, surgiram os sindicatos e os trabalhadores começaram a se articular em prol de melhorias. Entretanto, a ditadura militar passa a vigorar no Brasil. O Governo militar quer recuperar o crescimento econômico do país sem, contudo, olhar para os mais pobres e por educação de qualidade, queria apenas fortalecer o empresariado industrial já que precisava desse apoio para se manter. Sendo assim, o favorecimento das classes

altas foi o ponto chave, quanto aos pobres e trabalhadores a exploração da força de trabalho foi desenfreada, a inflação crescia e o poder de compra diminuído com o arrocho salarial.

Neste contexto, algumas normas acerca do Ensino Superior foram criadas como também para o ensino de 1º e 2º graus. As crianças de até sete anos tinham educação em escolas maternas e jardins de infância, pois havia a necessidade de mão-de-obra qualificada para a indústria que crescia e precisava de pessoas com certa base escolar que permitisse adentrar ao modelo de produção sem que tivessem o controle desse processo de produção.

Quanto ao Estado, este não tinha comprometimento para com as crianças pequenas e a educação estava voltada para a elite, logo na rede pública as crianças pobres eram atendidas de forma compensatória, com pouco investimento e o mínimo de gastos, as crianças de zero a seis anos recebiam pouco ou quase nenhum atendimento, era ainda como auxílio, já o setor particular era totalmente diferente tendo uma participação expressiva.

Tratava-se, de pouco investimento e baixo custo voltado para à criança pequena e pobre, sem possibilidades de valorização das experiências dessas crianças. Sendo assim Carrijo (2008), coloca que o governo tinha intenção em promover uma educação de caráter compensatório, logo a criança seria culpada por seu fracasso e por não conseguir avançar em sua escolaridade, pois apresentavam que estas crianças eram carentes culturalmente.

Nesse período, a educação era de forma coercitiva, buscava a passividade das crianças, não se dava liberdade para o senso crítico, para a construção da consciência cidadã, entre outros. Somente a partir da década de 1980, e com a promulgação da Constituição Federal de 1988 é que as mudanças começaram a ocorrer.

Através da LDB de 1996, (Lei 9394/ 1996) muitas mudanças referentes à educação infantil visando a superação dos moldes assistencialistas e compensatórios impostos até o momento. Desse modo, a partir de então, as formas de olhar o fazer pedagógico foram repensadas. Cabe ressaltar que a partir de então, a educação para as crianças passou a ser vista não como proteção e amparo, mas algo que vai além.

A criança passou a ser reconhecida como cidadã, sendo assim o direito à educação e à proteção por parte do poder público deve ser evidenciado. Assim, o Estado deverá ofertar educação como direito subjetivo. Desta feita, a pesquisadora chama a atenção para as pressões das políticas neoliberais

colocando o atendimento à educação como não ser tão efetivo, desse modo, a educação de certa forma está em crise.

Nesse momento, percebe-se muitas privatizações e a educação está nesse contexto, por isso o Estado tende a diminuir suas responsabilidades ao máximo, diminuindo verbas para a educação, colocando que a educação pública é ineficiente, chamando a atenção para a educação privada como a mais capaz de preparar as crianças.

O sistema faz menção às avaliações como forma de responsabilizar as crianças, a escola e os pais pelos déficits educacionais tentando mostrar que existe uma crise da educação e que esta é ineficiente, só não coloca o fato dessa qualidade de ensino e o atendimento ser mantido com o mínimo de custo possível. Nessa perspectiva, contribuindo para exclusão social.

Com a LDB de 1996 o Estado tem o dever com a educação escolar pública garantindo o atendimento gratuito em creches e pré-escolas para as crianças, ainda deve reconhecer a Educação Infantil como nível de ensino, como a primeira etapa da educação básica e que esta seja contínua, integral, possibilitando a superação de ideias paternalistas de proteção que vinham sendo difundidas pelo Estado.

Desse modo, com as medidas do modelo neoliberal de governo e o afastamento quase total do Estado como provedor e garantidor de serviços sociais básicos, percebe-se uma perspectiva de poucas ou nenhuma garantia para a educação infantil, além de escassas verbas que são destinadas a ela, tudo ainda é muito incerto.

Diolinda (2014), aponta que a Educação Infantil passou por muitas lutas para que as crianças tivessem seus direitos garantidos na atualidade propiciando visibilidades, tidas como sujeitos de direitos. Sendo assim, a autora afirma ainda que no mundo capitalista, as mulheres passaram a acessar mais o mercado de trabalho e com isso tendo a necessidade de deixar seus filhos em um espaço acolhedor, o que muitas vezes deixava a desejar.

Dessa feita, a pesquisadora atenta para a Educação Infantil e as políticas públicas referentes a ela, dessa forma as mulheres passaram a fazer parte do espaço educacional, sendo inseridas em creches, pré-escolas e jardins de infância. Nesse momento, a educação e cuidado da criança não só fazia parte da responsabilidade familiar, mas o Estado teria o papel de dar a devida atenção para com todas as crianças. A partir da Constituição Federal de 1988 e dos movimentos sociais buscaram políticas voltadas para a educação de qualidade e para todos (as) e a educação infantil estava nesse meio.

A partir da Lei 9394/96 (LDBEN), a visão acerca da infância passa a ser outra, ou seja, novas práticas referentes à educação infantil e de como lidar com as crianças. Entretanto, a educação brasileira por muito tempo esteve fragmentada, as mudanças nas gestões políticas ocorriam e pouca coisa era feita com relação aos direitos fundamentais das crianças.

Nesse contexto, a pesquisadora coloca que desde o PNE 2001, a Educação Infantil começa a ser contemplada diferente dos períodos anteriores, desse modo a educação tem passado por idas e vindas e embates têm sido travados entre o governo e pesquisadores educacionais visando a melhoria da educação infantil.

Entretanto, a preocupação com a Educação Infantil, o acesso e atendimento de qualidade são fundamentais e para que isso aconteça a formação de professores deve ser implementada. Haja vista, ainda coloca que foram criados programas sociais de assistência para as pessoas pobres, como por exemplo as políticas educacionais para a educação infantil de modo a promover a socialização voltada para a construção da autonomia dos sujeitos, desde a creche até o ensino superior. Percebe-se a criação do FUNDEB tendo entre outras coisas a valorização dos professores (as) e ainda atendendo a educação básica de forma geral.

[...] a educação na infância é importante para o desenvolvimento do país e, sobretudo, é direito da criança estabelecido desde a Constituição Federal de 1988. No entanto, sabe-se que enquanto etapa da educação básica que vem se firmando somente a partir da lei 9.394/96, o que se tratando de educação é um período muito recente, ainda enfrenta demandas e dificuldades de atendimento e qualidade. (DIOLINDA, 2014, p. 12).

Nesse ínterim, após a Constituição de 1988 o cenário educacional passa a colocar estratégias voltadas não só quanto ao acesso das crianças, mas olhar também para a infraestrutura dos espaços escolares, infantis e a qualidade do atendimento, desde a formação dos professores, até mesmo passou a se pensar na questão da inclusão, porém ainda há muitas necessidades a serem pensadas.

A educação deve nesse momento proporcionar o desenvolvimento integral da criança, logo a Educação Infantil precisou ser pensada dando condições de acesso, a começar pela estrutura física das instituições e a formação dos professores, como também a qualidade do atendimento ofertado. De acordo com a Lei 9394/96 no Art. 29. Aponta que: “A educação infantil,

primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”. (BRASIL, 1996).

Quando pensamos em educação percebemos que esta é muito recente no sentido de ofertar vagas para todos (as) e a qualidade do ensino, pois ainda enfrentamos algumas dificuldades no atendimento de forma igualitária desses sujeitos.

Utilizando a música na Educação Infantil no processo de ensino aprendizagem

A Educação Infantil precisa oferecer uma série de funções necessárias para enriquecer os conhecimentos dos pequenos, para isso usar as atividades lúdicas no ambiente escolar proporciona mais qualidade educacional e isso ocorre através de jogos, brincadeiras livres, danças, músicas, teatros, entre outros, aguçando a curiosidade e faz com que o ambiente escolar se torne prazeroso e divertido, a respeito elencamos a música como proposta lúdica educacional.

A educação é fator primordial para alcançarmos mais direitos e possibilidades de uma sociedade mais justa. De acordo com Ferreira (2013), as escolas precisam enfrentar o desafio de uma educação que passa por mudanças em todos os âmbitos, nesse contexto, usar a música pode ser um instrumento contribuinte no processo de ensino e aprendizagem das crianças. Nesse ínterim, repensar os caminhos que possibilitem desenvolver uma educação musical no mundo atual realçando características culturais de nossa sociedade se torna plausível.

É necessário que a escola como um todo esteja preparada para oferecer uma educação musical que parta do conhecimento e das expectativas que o aluno traz de seu cotidiano, de seu meio sociocultural e que assim saiba contribuir para a humanização de seus alunos, aperfeiçoando ainda seus aspectos cognitivos, intelectuais, sociais e culturais. (FERREIRA, 2013, p. 22).

Pensar a musicalidade na escola é muito importante, para isso se faz necessário atentar para a realidade do educando, assim, refletir no âmbito da sala de aula as possíveis manifestações culturais existentes junto ao aluno possibilitará maiores aprendizagens. Nesse contexto, para que isso aconteça

o professor tem papel fundamental como mediador e apontador de direções levando o discente a se expressar com relação ao meio em que vive. Para isso, o desenvolvimento de práticas lúdicas utilizando a música garantirá condições imprescindíveis na aquisição de valores e conhecimentos.

No Art. 29 da LDB, é destacado que a educação infantil tem como finalidade o desenvolvimento integral das crianças até os cinco anos de idade, limite para a permanência neste nível de ensino, nesse contexto as crianças precisam desenvolver seus aspectos psicológicos, bem como o intelectual, como fica evidenciado. “A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”. (BRASIL, 1996).

Sendo assim, o método lúdico como ferramenta passa a ser indissociável do ensino e aprendizagem se tornando fundamental para o desenvolvimento integral das crianças, especialmente as dos anos iniciais do ensino infantil, pois, a ludicidade (jogos e brincadeiras) estimula o desenvolvimento psicológico e intelectual dos alunos, por isso é preciso que o docente pense formas lúdicas de ensino para que os objetivos sejam alcançados e assim todos aprendam e se desenvolvam integralmente.

Fazermos reflexão acerca das brincadeiras e jogos como contribuição do ensino Infantil e o alcance destes na construção de aprendizagens para as crianças em sala de aula através de atividades lúdicas é fundamental. Sendo assim, a educação básica pode trazer muitas oportunidades para as crianças e seu desenvolvimento contínuo.

O professor poderá assumir a responsabilidade objetivando oportunidades com relação a música e ainda promover ações que contemplem estilos musicais existentes no cotidiano fazendo com que a reflexão acerca das letras musicais sejam proporcionadas de maneira que faça o discente olhar para os espaços sociais com outra visão, nesse caso o professor é um agente potencializador de práticas, transformando o fazer pedagógico em sala de aula onde cada sujeito possa pensar diferentes formas de ver o mundo, que de acordo com Ferreira (2013, p. 23):

Para que esta transformação realmente aconteça é preciso que o professor tenha uma visão crítica e reflexiva do mundo, levando o aluno para uma viagem de descobertas, nas entrelinhas de cada canção, favorecendo correlações entre a criatividade e a criação de diferentes formas de pensar ou entender o mundo. Assim, os alunos perceberão que a

música exerce um papel de mudança e transformação social e cultural no mundo contemporâneo.

Nesse sentido, a música pode trazer algo mais para a escola e para a vida dos alunos, fazendo com que os discentes aprendam a sentir a sonoridade e com isso possam expressar seus pensamentos, contribuindo com o desenvolvimento e capacidades do alunado com relação à música, favorecendo a comunicação e a expressão musical dos alunos, dessa feita poderão através da ludicidade conectar o mundo real a seus imaginários e fantasias.

Para Andrade (2019), a música na educação infantil possibilita a criança mais interação e tudo isso começou a ocorrer a partir da LDB (Lei 9394/1996), assim a promoção do desenvolvimento cultural dos alunos teve um outro olhar e a música passou a ser uma ferramenta metodologia usada na sala de aula. Nesse contexto, a compreensão da musicalidade como linguagem faz todo sentido na contribuição do conhecimento, por isso é preciso uma visão para a elucidação das atividades lúdicas e a reflexão que está sendo pontuada na sala de aula.

[...] à música é necessário ao processo de educação da criança. Quando este processo conduzido por pessoas conscientes e competentes, deixa de ser apenas recreação, favorecendo uma rica vivência e estimulando o desenvolvimento dos meios mais espontâneos de expressão. Lembrando que o ensino de música não tem o objetivo de formar músicos, a ela cabe incentivar a criatividade, já que algumas vezes a escola deixa pouco espaço para a criança criar e a música pode ser um caminho muito fértil para essa prática (ANDRADE, 2019, p. 23).

Muitos avanços têm acontecido no campo social e não é diferente na educação infantil, uma vez que podemos utilizar o lúdico como meio a alcançar nossos objetivos de uma aula mais prazerosa e menos cansativa, pois nesse momento tratar da música em sala de aula se tornou peça chave na aquisição do conhecimento, desse modo pode ser utilizada como práticas cotidianas dos professores junto com seus alunos, conseguindo envolver inúmeras possibilidades desde a linguagem, até mesmo a ampliação das reflexões sociais.

O ensino da música tem influenciado nas áreas curriculares, interferindo, assim, nas relações dos indivíduos e na forma de ver o mundo. A fonte de conhecimento da criança são as situações que ela tem oportunidade de experimentar em seu

dia a dia. Dessa forma, quanto maior a riqueza de estímulos que ela receber, melhor será o seu desenvolvimento intelectual. (ANDRADE, 2019, p. 26).

A infância, é uma parte muito importante na vida do ser humano, por isso as diferentes brincadeiras e produções em certos espaços nos remete ao nosso passado. Com isso, deve-se atentar para o brincar na escola e o papel do (a) professor (a), sendo assim, os jogos, as brincadeiras, a música podem ser vistas na visão de criança como algo bom e envolvente, pois elas também são sujeitos que produzem saberes, têm vivências próprias, desejos e produzem culturas.

Posto isso, as memórias da criança são ponto de acesso a esse mundo cheio de maravilhas importantes na formação do ser, pois brincando também se aprende de forma que a imaginação quando colocada em ação possibilita transformações e aprendizagens dentro do ambiente escolar. Dessa forma, a ludicidade, é muito importante em sala de aula, melhorando as relações entre os alunos, contribuindo para o desenvolvimento do conhecimento, afetividade, de forma positiva no ensino aprendizagem.

Os aspectos históricos da educação infantil passaram por uma evolução social, outra atenção foi dada por pesquisadores e estudiosos que se debruçaram a respeito do fazer pedagógico e a partir de algumas Leis trouxeram o papel da escola no desenvolvimento integral da criança.

O ato de brincar está presente em nossas vidas, mas nem sempre foi vista com bons olhos, mesmo assim a comunicação ocorre e a troca de conhecimentos se dá constantemente, tornando-se instrumento de desenvolvimento, onde a criança através das brincadeiras aprende e ensina, adquire habilidades. Por meio da mediação do professor os alunos podem ser direcionados e a capacidade motora, cognitiva poderá fluir positivamente, tornando as aulas prazerosas, com sentido. Sendo assim, o professor precisa ter atenção, pois a diversão deve vim com os anseios da aprendizagem, estímulos, regras e bem-estar. De acordo com Oliveira; Lopes e Oliveira (2020):

Nesse sentido, há uma necessidade de que o ambiente escolar seja agradável, para que a criança possa explorar, aprender, brincar, ter oportunidades de criar e recriar, favorecendo o lúdico. É na Educação Infantil que as crianças estimulam a audição, a interação, desenvolvem as suas sensibilidades e habilidades. A música tem que estar presente nas atividades em que as crianças irão fazer, através de jogos, danças e outras atividades lúdicas. (OLIVEIRA; LOPES e OLIVEIRA, 2020, p. 51).

A partir dessa pedagogia o docente poderá criar e permitir situações ímpares, enriquecendo os conhecimentos proporcionados com relação à realidade dos educandos, por isso o professor deve estar mediando as interações das crianças. As dificuldades poderão surgir na empreitada, mas é um meio de proporcionar mudanças, possibilidades e construir novos desafios.

A utilização de tais jogos e brincadeiras podem obter resultados positivos no processo de ensino aprendizagem. Dessa forma, é preciso refletir sobre a importância no processo do ensinar e aprender. As brincadeiras e o jogos desde muito cedo atuam no mundo infantil e as crianças logo em seus primeiros anos de vida já reconhecem os mais variados tipos, partindo das mais simples e em seguida se atribuem aos jogos socializando-se, participando e entendendo regras e, transformando sua aprendizagem mais clara, fácil e compreensível. (SANTANA, 2020, p. 8).

O lúdico, as brincadeiras, os jogos são necessários para trazer modificações significativas nas relações que ocorrem na sala de aula e que reflete na vida das crianças, contribuindo com o aprendizado e o desenvolvimento integral dos alunos. Sendo assim, a formação dos novos professores e a necessidade de trazerem para o chão da escola esse novo olhar a respeito do fazer pedagógico envolvendo o lúdico é imprescindível.

Dialogamos com Freinet (2004), e seu pensamento referente a ludicidade na sala de aula, as propostas pedagógicas a partir do seu trabalho demonstra que pedagógica lúdica deve estar presente cada vez mais em sala de aula, este pesquisador defendia a valorização dos conhecimentos prévios dos alunos e a importância da mediação professor/aluno. O teórico propõe que a ludicidade possibilita vários benefícios para a aprendizagem tornando a sala de aula atrativa, um lugar prazeroso de estar.

As atividades lúdicas envolvem cooperação e participação das crianças. Através da experiência dos alunos pode-se notar que eles também se interessam pelo que está fora da sala de aula, muitas vezes mais do que, o que está dentro dela, isso de certa forma é determinante para o uso da ludicidade. Ao estimular os alunos a escreverem textos contando suas experiências na aula passeio, foi possível observar as produções de conhecimentos e assim perceber que através dessas produções os alunos aprendiam muito.

E, assim, o problema essencial da nossa educação não é de modo algum – como pretendem hoje nos fazer crer – o “conteúdo” do ensino, mas a preocupação essencial que devemos ter de fazer a criança sentir sede. Então a qualidade do conteúdo seria indiferente? Só é indiferente para os alunos que,

na escola antiga, foram treinados a beber, sem sede, qualquer bebida. Habitamos os nossos a considerar primeiro toda bebida como suspeita, a experimentá-la e a verificá-la, a elaborar eles mesmos o seu próprio juízo e a exigir, em todo lugar, uma verdade que não está nas palavras, mas na consciência de relações justas entre os fatos, os indivíduos e os elementos. Não preparamos homens que aceitarão passivamente um conteúdo - ortodoxo ou não -, mas cidadãos que, amanhã, saberão enfrentar a vida com eficiência e heroísmo e poderão exigir que corra para dentro do tanque a água clara e pura da verdade. (FREINET, 2004, p. 18-19).

As contribuições de Freinet (2004), potencializa o fazer pedagógico a partir da ludicidade, para isso é preciso que os professores reflitam sobre sua importância e suas possibilidades para a aprendizagem dos discentes. Outro ponto importante como contribuição, é o fato de os alunos não gostarem de autoritarismo, imposição, regras demasiadas, por isso, quanto mais liberdade tiverem melhor irão se sentir, as regras forçadas nesse caso torna o ambiente da sala de aula chato e a proposta do lúdico é totalmente contrária, pois busca promover um ambiente prazeroso e atraente para as crianças, isto não quer dizer que não deverá existir ordem e disciplina durante as atividades, esta foi uma crítica que o teórico fez as escolas, que era um ambiente muito formal.

Segundo (BACELAR, 2009, p. 65 - 66), em se tratando do trabalho em sala de aula “precisamos nos livrar do autoritarismo, do controle sobre a criança e, muitas vezes, de conceitos pré-estabelecidos e, assim, poder vê-la como é, buscando entender o seu jeito próprio de aprender e relacionar-se. Isso supõe muita atenção e cuidado para com cada criança”.

Vale destacar que as ideias que Freinet (2004), nos passa tem muita importância e deve ser pensada por cada docente em suas vivências escolares, pois ousar inovar em suas práticas, deixando o modelo tradicional um pouco de lado, abrindo-se às inovações pedagógicas onde a ludicidade tenha seu lugar nas práticas educativas dentro da sala de aula ou em qualquer outro espaço educativo se torna atrativo. “Se você conseguir transformar assim o clima da sua aula, se você deixar desabrochar a atividade livre, se souber dar um pouco de calor no coração, como um raio de sol que desperta a confiança e a esperança, você ultrapassará a corveia de soldado e o seu trabalho renderá cem por cento”. (FREINET, 2004, p. 22).

Percebemos que a ludicidade é de fundamental importância para o desenvolvimento das crianças, por isso, recorreremos ao uso da música no

intuito de proporcionarmos vivências aos alunos a partir de suas experiências, integrando sentimentos, pensamentos e ações, de forma plena e integral.

Nessa perspectiva, a corporeidade, o emocional, mental e social, serão integrados, pois cada indivíduo tem sua forma peculiar e sua história de vida pessoal. Sendo assim, as crianças poderão se expressar a partir dos direcionamentos propiciados pelo professor. Entendemos também que uma determinada brincadeira por mais prazerosa que seja poderá ser lúdica para uns e para outros não, assim possibilitar a integração dos alunos no meio do lúdico envolvendo todos é essencial.

O lúdico tem um papel muito amplo na educação e vai além de alargar as habilidades psicomotoras do indivíduo, através da ludicidade a criança aprende novos conhecimentos de forma interligado, usando a criatividade individual ou até mesmo coletiva. Dessa feita, a ludicidade tem como atributo a experiência vivenciada de forma integral como a aquisição de atitudes, hábitos, conhecimentos que são válidos e importantes para sua vida diária e seu desenvolvimento afetivo, psicológico, entre outros.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação Infantil logo no Art. 3º, trata do currículo da Educação Infantil apontando que os saberes das crianças são importantes e a educação integral de crianças de 0 a 5 anos de idade deve ser fomentada como também esse currículo deve ser ampliado cada vez mais, possibilitando melhorias na educação das crianças.

O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade. (BRASIL, 2009).

A Educação Infantil tem como princípios tratar a criança de forma autônoma, respeitando suas formas culturais e identidades étnicas, ainda trata do uso da criticidade oferecendo às pessoas (crianças) a liberdade para se manifestar de acordo com suas necessidades artístico-culturais. A proposta pedagógica da Educação Infantil vem de forma integral, social, política e pedagógica e para isso deve ser garantidas condições necessárias de direitos para que as crianças junto com as famílias ampliem seus saberes de forma igualitária, possibilitando uma infância mais prazerosa com oportunidades sem distinção de classes sociais, da crença religiosa, étnicas, de gênero.

Quando a criança se expressa através de brincadeiras, vivenciando o momento presente a partir de orientações e intervenções de um adulto dando suporte às suas necessidades de interação, isso permite aumentar profundamente as suas potencialidades, dessa forma a experimentação de desafios de forma saudável, cuidadosa, faz com que elas se sintam seguras de si, com a interação com o outro é promovida, aprendendo e ensinando ao mesmo tempo.

Educadores, professores, necessitam perceber que as atividades e brincadeiras na Educação Infantil é parte do desenvolvimento das crianças nas escolas, contribuindo de modo mais saudável possível. Na perspectiva de Bacelar (2009):

A ludicidade também realiza a intersecção das experiências pessoais com as do outro. Vivemos num mundo de relações e, por isto, realizamos atividades com outras pessoas. É o que vivenciamos com as outras pessoas, o que aprendemos através da troca de conhecimentos, sentimentos etc., se revela nas nossas vivências. E nesse processo vamos amadurecendo, crescendo, progredindo. (BACELAR, 2009, p. 65).

Cada aluno no ambiente escolar tem suas capacidades e condições, pois cada criança vivencia pessoal ou coletivamente experiências únicas. Por isso, aceitar as diferenças existentes na sala de aula é o melhor caminho, dando a atenção e o cuidado necessário com cada criança em desenvolvimento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao falarmos sobre educação infantil, percebemos que no decorrer de nossa história alguns ganhos foram afirmados e que na atualidade esta deve trazer contribuições necessárias para o desenvolvimento integral das crianças, dessa feita é plausível a implementação da ludicidade nas aulas e o uso da música nos vêm em nossa mente como parte do processo indissociável à educação infantil.

Nesse contexto, entendemos que nas atividades lúdicas o ato de brincar está profundamente ligado à criança, por isso o professor poderá usar a ludicidade na educação infantil possibilitando aprendizagens diversas. Com isso, corroboramos com Paulo Freire (1996), quando faz referência à prática do professor e seu papel com a educação. “Como professor preciso me mover com clareza na minha prática. Preciso conhecer as diferentes dimensões que

caracterizam a essência da prática, o que me pode tornar mais seguro no meu próprio desempenho”. (FREIRE, 1996, p. 35).

Comungamos com Freire (1996), ao questionar o ato de ensinar afirmando que “ensinar não é transferir conhecimento – não apenas precisa de ser apreendido por ele e pelos educandos nas suas razões de ser – ontológica, política, ética, epistemológica, pedagógica, mas também precisa de ser constantemente testemunhado, vivido”. (FREIRE, 1996, p. 21).

Constatou-se que não basta apenas brincar, visto que os jogos e a diversão no ambiente escolar devem ser pautados de objetivos que é o aprendizado de forma prazerosa de determinados conteúdos como as atitudes, comportamentos, criatividade individual ou conjunta, além de trazer melhorias para o desenvolvimento da criança possibilitando vivências, de forma afetiva, psicológica, social.

A escola deve ser um espaço onde ocorra a promoção de atividades lúdicas como também permitir o estímulo da cooperação e convivência entre as crianças se tornando instigante para o professor que queira diversificar em suas aulas. De acordo com Margon (2013):

A música como aspecto lúdico influencia diretamente no processo de alfabetização, constituindo-se como um meio integrador, motivador e facilitador deste processo. A música como atividade criativa pode estimular o desenvolvimento da capacidade afetiva e cognitiva do indivíduo, compondo-se como um excelente recurso estimulador da leitura de textos. (MARGON, 2013, p. 2).

Sendo assim, evidenciamos que na educação, propostas pedagógicas podem fazer toda a diferença, pois ao trazer em seu cerne a ludicidade na educação infantil como construção do aprendizado a partir da música contribui para o ensino diversificado.

Entendemos que a diversão na escola precisa ter objetivos definidos, contribuindo com o acesso das crianças ao mundo educacional, ocorrendo a troca de conhecimentos de forma alegre e divertida, fazendo com que, por conseguinte, as crianças sintam prazer em estudar, aprender e estar no ambiente escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho buscamos perceber como ocorreu a transição do ensino infantil no Brasil, seus aspectos de transição e para isso trouxemos a

perspectiva do uso da música como proposta a ser implementada na sala de aula através da ludicidade proporcionando às crianças na Educação Infantil benefícios de uma educação integral.

Sendo assim, apontamos algumas maneiras pelas quais a música é efetivada na Educação Infantil. Com isso verificamos que a música deve estar presente no contexto da sala de aula, contribuindo para o aprendizado das crianças.

Percebemos ainda que em nossa história educacional muita coisa vem mudando, sendo possível trabalhar na atualidade a ludicidade de maneira mais aberta, fazendo com que as aulas se tornem mais prazerosas e aconchegantes. Nesse sentido, o docente precisa entender que a música favorece o desenvolvimento integral dos discentes, fazendo com que eles vivenciem e se envolvam de maneira mais atraente suas emoções, criatividade e tenham mais interesse pelo aprendizado na sala de aula.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Phelipe Anderson Coutinho de. **A Música como um Recurso para a Formação Integral da Criança na Educação Infantil**. João Pessoa, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/16277>>. Acesso em: 20 de set. de 2021.

BACELAR, Vera Lúcia da Encarnação. **Ludicidade e educação infantil**. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: <<http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/23789>>. Acesso em: 21 de set. de 2021.

BRASIL. **Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação Infantil. Brasília, DF: MEC, [2009]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2298-rceb005-09&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 18 de set. de 2021.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei Nº 9.394/1996**. Brasília: Diário Oficial da União, 20 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 20 de set. de 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura). Disponível em: <<https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/11/Pedagogia-da-Autonomia-Paulo-Freire.pdf>> Acesso em: 19 de set. de 2021.

FERREIRA, Maria Tomaz da Silva. **A importância da música na educação infantil**. João Pessoa: UFPB, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/3716>>. Acesso em: 20 de set. de 2021.

FREINET, Célestin. **Pedagogia do bom senso**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

GATTI, Bernadete Angelina. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília: Liber Livro Editora, 2012, p. 9 – 45.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo. 4 ed. Atlas, 2002.

MARGON, Dayany Corti. **Ludicidade**: o valor da música, brinquedos e brincadeiras no processo de alfabetização da educação infantil. Castelo Branco Científica. a. II, n. 3. jan/jun. 2013. Disponível em: <<http://revista.fcb.edu.br/img/content/artigos/artigo73.pdf>> Acesso em: 21 de set. de 2021.

OLIVEIRA, Ana Paula Gomes de; LOPES, Yan Karen Silva; OLIVEIRA, Bárbara Pimenta de. A importância da música na educação infantil. **REVISTA EDUCAÇÃO & ENSINO**. Fortaleza, v. 4, n. 1, jan./jun. 2020. Disponível em: <<http://189.112.186.202/index.php/revista-educacao-e-ensino/article/view/59/49>>. Acesso em: 25 de set. de 2021.

SANTANA, Jessica Maria Pereira. **Importância de jogos e brincadeiras para aprendizagem da criança na educação infantil** [manuscrito] – 2020.

CARRIJO, Menissa Cícera Fernandes de Oliveira Bessa. Educação infantil e políticas públicas: história, vazios e desafios. **Revista da Faculdade de Educação**. Ano VI, n. 10, jul./dez. 2008.

DIOLINDA, W. Franciele. A presença da educação infantil nas políticas educacionais: da Constituição de 1988 ao PNE (2011-2020). In: X ANPED SUL, X, 2014,

Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: ANPED, 2014. p. 1-16. Disponível em: <http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/1064-0.pdf>. Acesso: 09 de agosto de 2021.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. Os primeiros passos da história da Educação Infantil no Brasil. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2011.

NASCIMENTO, Edaniele Cristine Machado do. Processo histórico da educação infantil no brasil: educação ou assistência? EDUCERE XII Congresso Nacional de Educação. 2015. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17479_9077.pdf>. Acesso em: 12 de set. de 2021.